

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Lula, preso pela Lava Jato: associação com corrupção

Para Planalto, governo virou o ‘suspeito de sempre’

Uma parte do Palácio do Planalto está convencida de que o surgimento de qualquer caso de corrupção acaba caindo na conta do governo — isso, mesmo se o PT não tiver nada a ver com a história. Essa associação, dizem, ajuda a explicar dificuldades nas pesquisas eleitorais. Há a convicção de que, depois da Lava Jato e da prisão de petistas — entre eles, o presidente Lula — o partido virou uma espécie de suspeito de sempre, para usar a expressão consagrada no filme “Casablanca”. O caso Master tem sido citado como exemplo dessa ligação: isso, mesmo diante de fatos e indícios que ligam o escândalo a parlamentares e governadores do PL e de partidos do Centrão.

Conta pesada

“O cunhado do (Daniel) Vercaro doou R\$ 5 milhões para campanhas do (Jair) Bolsonaro e do Tarcísio (de Freitas), o Nikolas (Ferreira) viajou no avião do Master, mas tudo cai na nossa conta”, afirmou um integrante do governo. Até suspeitas relacionadas aos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, acabam associadas ao Palácio ao Planalto. Isso, provavelmente, pela atuação de Moraes no caso Jair Bolsonaro.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Prefeito do Rio já admite candidato-tampão do PT

Paes e Ceciliano

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD) e o assessor especial de assuntos federativos do governo federal, André Ceciliano (PT), voltaram a conversar sobre a eleição indireta para governador-tampão do Rio. Com a provável renúncia de Cláudio Castro (PL) para disputar o Senado haveria a necessidade de a Assembleia Legislativa (Alerj) escolher um nome para completar seu mandato, já que o estado ficou sem vice-governador com a ida de Thiago Pampolha para o Tribunal de Contas do Estado.

Sem opção

Antes resistente à possibilidade de Ceciliano, ex-presidente da Alerj, ser candidato ao mandato-tampão, Paes demonstrou aceitar a hipótese. Isso, até por falta de opção para o embate com o candidato de Castro, o secretário estadual de Cidades, Douglas Ruas, escolhido pelo PL para disputar as duas eleições: a indireta e a direta, esta, em outubro.

Justiça

O prefeito, porém, só vai decidir o que fazer depois de Castro oficializar sua renúncia. A primeira opção de Paes é tentar melar a eleição indireta na Justiça, alega que os candidatos teriam que deixar cargos públicos seis meses antes do pleito — isso impediria a entrada de Ruas e de Ceciliano na disputa.

Temor

Para o prefeito, candidato declarado ao governo, o melhor cenário seria a permanência, até o fim do ano, do presidente do Tribunal de Justiça, Ricardo Couto de Castro, na cadeira de governador. Teme que eleito e empossado ela Alerj, Ruas se fortaleça para a disputa de outubro, para o próximo mandato.

Olho no lance

Por falar no Rio: escanteado em sua tentativa de concorrer à reeleição, o senador Carlos Portinho (PL) não revela o que vai fazer. Mas está de olho na eventual condenação de Cláudio Castro pelo Tribunal Superior Eleitoral, que poderia gerar a inegibilidade do governador. Aí, sobraria uma vaga para o Senado.

Alternativas

Ele tem também a possibilidade de concorrer a deputado federal ou de insistir na briga pelo Senado, mas por outro partido. Ele, porém, não tem dado sinais do que deverá fazer. Antes da definição da chapa majoritária de PL, PP e União Brasil, Portinho dizia que, se ficasse de fora, não aceitaria disputar uma cadeira na Câmara.

Sabesp 1

O rompimento, ontem, de um reservatório que estava sendo construído pela Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) em Mairiporã, na Grande São Paulo, vai virar arma eleitoral. Uma pessoa morreu e sete ficaram feridas. A privatização da empresa foi feita por Tarcísio de Freitas.

Sabesp 2

Ontem à tarde, logo depois do acidente, Tarcísio classificou o fato de “inaceitável”, disse que houve falha de projeto ou de execução da obra. O PT e o Psol, que foram contra a privatização e que vinham criticando a nova administração da empresa, vão responsabilizar o governo estadual pela tragédia.



Assessor de Trump visitará Bolsonaro na quarta-feira

Trumpismo bate à porta de Bolsonaro na prisão

Visita acende alerta sobre o que assessor de Trump conversará

Por Beatriz Matos

A autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes para que um assessor ligado ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, visite o ex-presidente Jair Bolsonaro na prisão reacendeu discussões políticas e diplomáticas em Brasília. O encontro deve ocorrer no Complexo da Papuda na próxima quarta-feira (18), entre 8h e 10h.

O visitante é Darren Beattie, recentemente nomeado assessor sênior para política em relação ao Brasil no Departamento de Estado norte-americano. A função envolve acompanhar e propor políticas de Washington voltadas ao relacionamento com Brasília. Segundo a decisão, ele poderá estar acompanhado de um intérprete, cujo nome deverá ser previamente informado ao STF.

A defesa de Bolsonaro havia solicitado que a visita ocorresse fora dos dias regulares de visitação do presídio — quartas-feiras e sábados — alegando incompatibilidade com a agenda do assessor. O pedido acabou sendo autorizado dentro do cronograma permitido.

Para especialistas, embora juridicamente se trate apenas de um direito de visita, o episódio ganha contornos políticos inevitáveis pelo perfil dos envolvidos.

“As circunstâncias de se tratar de um ex-presidente e de um

assessor de governo estrangeiro certamente têm relevância como mensagem política”, afirma o doutor em direito internacional Saulo Stefanone Alle, ao destacar que, do ponto de vista jurídico, a autorização segue as regras normais do sistema prisional.

No campo político, a visita ocorre em um momento sensível do debate internacional sobre segurança pública. Nos Estados Unidos (EUA), setores ligados ao trumpismo têm defendido classificar organizações criminosas latino-americanas como grupos terroristas — uma discussão que passou a incluir facções brasileiras como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

Para o professor de políticas públicas do Ibmec Brasília Eduardo Galvão, o encontro possui forte valor simbólico dentro da narrativa bolsonarista.

“O gesto tem uma dimensão simbólica importante, mas não deve ser lido automaticamente como um movimento diplomático formal. A autorização de Alexandre de Moraes ocorreu dentro das regras normais de visitação do presídio, o que indica que o STF tratou o pedido como um ato privado”.

Segundo ele, porém, ainda que não represente uma posição oficial do governo americano, a imagem pode reforçar a percepção de articulação internacional do campo conservador.